

*Juliana Costa Mota*

## O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado.

### Apresentação

Este trabalho é parte integrante do projeto temático de pesquisa “Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil (1930 – 1964)”, coordenado na EESC – USP pelo Prof. Dr. Nabil Bonduki. Constitui um resultado específico da pesquisa de iniciação científica da bolsista Juliana Costa Mota, “Planejamento Urbano e Habitação em Goiânia: os projetos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy”, ambas apoiadas pela FAPESP.

O presente estudo focaliza uma parte específica do projeto de Goiânia - o Setor Sul -, um bairro residencial projetado por Armando de Godoy entre 1935 e 1937. Temos como objetivo analisar o processo de desenvolvimento deste setor urbano que culminou na descaracterização do projeto original e na criação de um problema estrutural para Goiânia.

A partir desse estudo propomos a discussão não somente dos princípios originais que motivaram o projeto, mas também da apropriação destes pela população, da sua atual condição e de perspectivas viáveis de intervenção.

### A participação de Armando de Godoy no Plano de Goiânia

Armando de Godoy (1876-1944), engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi um dos principais profissionais do Urbanismo brasileiro. Durante toda a sua carreira profissional esteve vinculado à prefeitura do Rio de Janeiro, um partido coerente com a idéia por ele defendida de que o urbanismo competia à administração pública. A importância de sua atuação se reconhece não só através dos cargos públicos que ocupou, mas também pela influência que exercia sobre a mídia - escreveu entre 1925 e 1943 em periódicos no Rio de Janeiro, seguindo a tendência dos engenheiros-urbanistas de divulgar a nova ciência - o Urbanismo - no Brasil .

Godoy era uma referência forte no país, e por esse motivo exerceu influência sobre a construção de Goiânia, nova capital de Goiás, cujo surgimento decorre da política nacional desenvolvimentista empreendida por Vargas a partir da Revolução de 30. O arquiteto contratado

pelo Governo para o planejamento da cidade foi Atílio Corrêa Lima, em 1933, que desenvolveu um projeto caracterizado pela regularidade e classicismo do traçado, determinado segundo as questões funcionais da circulação e as estéticas, visando dotar a nova capital de beleza monumental. Entretanto, em abril de 1935 Atílio se demitiu do cargo por não concordar com as tendências especulativo-imobiliárias que vinham determinando as alterações e demandas no projeto da cidade.

A influência de Godoy sobre Goiânia se iniciou antes da realização do projeto de Atílio, em 1933, quando apresentou ao Governo um relatório com o seu parecer sobre a transferência da capital, a adequação do sítio escolhido e a função da nova cidade. Posteriormente, após a demissão de Atílio, Godoy foi convidado para avaliar o projeto deste e passou a ser consultor técnico dos novos responsáveis pela urbanização de Goiânia, os engenheiros Coimbra Bueno. Numa palestra proferida em 1937, no Rio de Janeiro, o Urbanista disse ter sido convidado pelo Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para o planejamento de Goiânia e não ter aceitado o trabalho devido à exigüidade de tempo. Afirmou ainda este ter sido um dos motivos que o fez analisar o projeto de Atílio em 1936, sobre o qual afirmou ter feito poucas modificações nas zonas norte e central, tendo sido a sua grande alteração a zona sul da cidade, que correspondia a quase 50% do total projetado. Entretanto, Godoy se mostrava contra as referências urbanísticas de Atílio: “As exigências da cidade moderna não permitem o denominado traçado clássico. Outrora não havia as influências de certos factores e estudos feitos nos últimos lustros. Um dos elementos que levaram os urbanistas a modificarem a estrutura da cidade foi o veículo automotor, cujo formidável surto teve lugar nos últimos decênios. (...) Hoje há as exigências de orientação que não embaraçaram L’Enfant ao elaborar o Plano de Washington (...)” (GODOY apud ACKEL, 1996:101)

Analisando o projeto de Atílio, Godoy apontou as cidades que, segundo ele, alcançaram pleno sucesso por terem sido convenientemente planejadas - Cary (EUA) e Letchworth (Inglaterra) - o protótipo da cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard em fins do século passado e projetada por Unwin e Parker entre 1903 e 1904. “A cidade tal como a idealizou Howard, cujas idéias foram compreendidas e realizadas por Unwin, Parker e outros profissionais na Inglaterra bem como na França, Estados Unidos, etc., é uma admirável escola para as massa populares, trazendo-as ao nível da civilização moderna, educando-as, instruindo-as e dirigindo-lhes a atividade no bom sentido.” (GODOY, 1942: 35-6) Desse modo Godoy justificou os princípios de cidade-jardim aplicados por ele em Goiânia.

Assim houve um segundo plano para a nova capital de Goiás, desenvolvido por uma equipe sediada no Rio de Janeiro, contratada pelos Coimbra Bueno e coordenada por Godoy, cujo nome aparece oficialmente apenas associado ao projeto do Setor Sul.

## A concepção original e a sua relação com os princípios modernos

O Setor Sul, bairro residencial projetado por Armando de Godoy entre 1935 e 37, foi inspirado na concepção de cidade jardim e teve como referência direta Radburn, projetado por Clarence Stein em 1929. Em Goiânia, na época, o projeto foi bem recebido pelos poucos que o conheciam –

“... Um plano inspirado em Radburn, uma cidade americana.(...) Na zona sul é que surgirá a mais moderna solução urbanística do momento atual. Será aqui realizada (...) a solução mais técnica para cidades modernas(...) Trata - se de uma concepção inteiramente nova no Brasil: adoção do sistema “cul-de-sac”, grupos residenciais em forma semi-circular, em meio a um extenso parque, gramado e com arborização adequada, que mereceu estudos especiais.”  
(ÁLVARES, 1942:146)

Segundo o Correio Oficial (veículo de imprensa do Poder Executivo de Goiás) Godoy havia feito, pouco antes do seu projeto para a cidade, uma viagem aos EUA pesquisando os subúrbios jardins americanos.

O projeto foi estruturado a partir de um traçado orgânico (em parte justificado pela declividade do terreno na direção do vale do Córrego Botafogo, no limite leste) que gerou quadras irregulares onde foi dada grande importância às áreas livres de uso público. As “bordas” das quadras foram parceladas segundo o padrão de habitações isoladas, enquanto os seus “miolos” foram mantidos como espaços livres públicos, concebidos como parques contínuos. Do total de sua área (3.255.276 m<sup>2</sup>), 17,33 % era destinada a estas áreas verdes públicas, o que correspondia a aproximadamente 14,72 m<sup>2</sup> de área livre por habitante, considerando-se a ocupação total do bairro. Foram projetadas 28 áreas com este fim. Seguindo essa estrutura, Godoy propôs que os lotes tivessem duas frentes, que as casas se abrissem para a rua e para o parque - para o *cul-de-sac* através da entrada de serviços e para a área verde através da entrada principal -, criando uma relação direta entre o espaço público e o privado. Para organizar esse modelo de ocupação foi estabelecido um sistema viário hierarquizado, onde o trânsito de veículos era separado do de pedestres. Este sistema era composto por vielas e passeios em meio aos parques para os pedestres e vias arteriais, vias coletoras e vias locais em *cul-de-sac* para os automóveis.

As vias coletoras faziam a articulação entre as arteriais e as locais. Estas últimas tinham o caráter de rua de serviço, isto é, local de acesso de veículos às casas, tanto de particulares quanto dos de serviços de manutenção (coleta de lixo, abastecimento, etc.)

As vias arteriais ligavam o bairro ao Centro e às futuras áreas de expansão urbana, previstas para as regiões leste e oeste da cidade. Partiam de uma grande praça central giratória (atual Praça do Cruzeiro), articuladora do trânsito. Esta praça, situada no centro da área projetada, em

continuidade com o eixo norte-sul do projeto de Atílio, seria o segundo centro de radiação (o primeiro era a praça do Centro Cívico) de onde partiriam quatro novas avenidas estruturando a expansão urbana. Nessa parte do traçado Godoy manteve o partido radioconcêntrico de Atílio, de modo que as principais ruas do Setor Sul (83, 84 e 85) convergem para a Praça Cívica. Na nova praça estariam situados o centro religioso de Goiânia e comércios que serviriam ao bairro. Segundo Graeff, “... com a criação de uma segunda grande praça em asterisco, Godoy desestrutura o mono-centralismo de ranço barroco proposto por Corrêa Lima. E sugere que se prossiga desestruturando o plano original ao insinuar um quinto asterisco no encontro com o futuro Setor Oeste.” (GRAEFF, 1985: 29).

Os lotes, de dimensões irregulares e desenhos variados (o que era causado pelo próprio desenho do bairro), variavam entre 346 m<sup>2</sup> e 894 m<sup>2</sup>, possuindo, a maioria, área entre 400 e 600 m<sup>2</sup>. Devido à organicidade do projeto, o topógrafo responsável pela demarcação de parte dos lotes afirma ter sido este um trabalho complicado pois no projeto o desenho era baseado no perímetro e não no cálculo de áreas, ou seja, um processo gráfico que mostrava falhas quando transposto para a escala real.

A área do bairro, que na época correspondia a 3% da área total do município, estava dividida da seguinte forma:

#### **Utilização da área do Setor Sul (Fonte: IPLAN, 1977)**

<b>Utilização</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>% do total</b>
Ruas	379.231	11,65
Lotes	1.822.730	56,00
Áreas Livres	564.298	17,33
Vielas, calçadas e praças	489.017	15,02
<b>Total</b>	<b>3.255.276</b>	<b>100,00</b>

Guiando-se pelos princípios howardianos de utilização dos espaços públicos e de unidade de vizinhança, Godoy propôs para as áreas internas de parque equipamentos e serviços públicos, como hospitais, parques infantis, jardins de infância, escolas, campos esportivos, enfim, uma série de equipamentos com fins sociais, educativos e culturais que contribuiriam para a alta qualidade de vida dos moradores do lugar. Nessa proposta se destaca o ideal moderno de priorização dos espaços públicos nos projetos habitacionais, associado à noção de comunidade, pois se pensou que os espaços públicos motivariam o convívio coletivo dos moradores criando vínculos entre estes e destes com o lugar.

Godoy entende a cidade como elemento civilizador e de inegável utilidade social, pois motivadora do desenvolvimento da sociedade. No relatório apresentado em 1933 ao Interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, dando parecer sobre a construção da nova capital, Godoy afirmou:

“A cidade moderna (...) que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas. Ela educa as massas populares, compões-lhes e orienta-lhes as fôrças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora.” (GODOY, 1943: 212)

No seu livro “A Urbs e os seus problemas” (1943) o Urbanista cita exemplos de cidades européias adiantadas, onde tudo se fazia “... com o objetivo de obter (...) a maior higiene possível, transportes rápidos, boa iluminação, casas confortáveis, mercados asseados e bem situados, alimentação sã para todos, escolas, hospitais, centros de diversão, jardins acessíveis a todas as classes.” (Idem: 136). Nessa mesma obra ressalta o modelo cidade jardim iniciado por Howard como ideal - “... a mais perfeita e a mais completa criação urbanista da época que atravessamos (...)” na qual “... tudo se fez no sentido de criar um verdadeiro ambiente de bosque em tórno das habitações, arborizando-se racionalmente todas as praças, avenidas e ruas, formando jardins nas frentes das casas, pomares e pequenas hortas nos pátios.” (Ibidem:137-38). Segundo ele a cidade jardim visava “... dar abrigo às classes pobres, proporcionando-lhes todo o conforto moderno e permitindo a vida de família nas melhores condições possíveis (...)” (Ibidem: 137). Por esse motivo não eram permitidas habitações coletivas, prejudiciais à vida e à moral da família, pois a casa ideal devia ser isolada recebendo ar e luz de todas as partes.

Para entender a proposta de Godoy e situa-la no âmbito moderno é importante voltar a Howard e ao Modelo Cidade Jardim. Este, surgido no final do século passado na Inglaterra, visava criar uma alternativa às grandes cidades industriais, que oferecesse aos operários melhor qualidade de vida. Nesse sentido foi proposta a Cidade Jardim, com a idéia de equilibrar campo e cidade. Nesta cidade, o sistema seria cooperativo, com relações de trabalho equilibradas e os operários viveriam, cada um com sua família, em casas individuais envolvidas pelo ambiente natural.

Partindo de um mesmo problema enfrentado pelo Movimento Moderno - a condição de vida do operário urbano - a idéia de Howard inicia uma série de questões posteriormente trabalhadas por este movimento, como: reforma social, economia, propriedade coletiva do solo e zoneamento funcional das cidades. Entretanto o Movimento Cidade Jardim nega o grande centro urbano e busca a cidade pequena em meio ao campo. Recusa o largo uso da tecnologia industrial, aproximando-se dos ideais do Arts & Crafts. Coloca a propriedade coletiva, mas não estatal, do solo, que seria gerido pela própria comunidade.

Percebemos assim que as soluções Modernas, apesar de visarem em última instância os mesmos objetivos da Cidade Jardim, são opostas a este modelo. O Urbanismo Moderno assume a metrópole industrial e trabalha para dar-lhe qualidade. Prioriza também a questão da habitação, valoriza a relação homem natureza mas objetiva supervalorizar o solo urbano através verticalização (habitações coletivas) e liberação do solo e isso através da utilização da tecnologia.

Mas, a partir dessa diferença de modelo urbano os dois movimentos voltam a dividir as mesmas expectativas: dar qualidade de vida aos operários através de moradia digna, servida por equipamentos comunitários de serviço e lazer através das unidades de vizinhança, organizar a cidade através do zoneamento, hierarquizar o tráfego separando o fluxo de veículos do de pedestres, preservar a natureza e pensar a cidade na escala regional.

Voltando ao caso de Goiânia concluímos que Godoy seguiu os princípios do urbanismo moderno através do modelo cidade jardim. No seu discurso se apropriou não só das soluções espaciais por este modelo geradas mas também de todo o ideal reformador social por ele induzido. O Urbanista almejava “as conquistas e os aperfeiçoamentos da ordem coletiva”, e foi esse o ideal que marcou o seu projeto para Goiânia, assim como o de que se estabelecesse nas cidades maior contato entre o homem e a natureza, pois “A arquitetura das cidades, que outrora só tinha como elementos principais a pedra e o tijolo, foi em parte substituída por outra mais risonha, cujas formas, mais empolgantes e variadas, só a natureza, nos mistérios da sua criação, sabe compor e realizar.” (Ibidem:137)

Mas apesar de ter como referência o modelo de desenho e social da cidade howardiana, Godoy acabou produzindo algo mais próximo dos bairros jardins, cujo objetivo era aumentar a qualidade do espaço de habitação da classe média. Estes projetos se distanciam do modelo social e de produção de Howard, propondo apenas um loteamento com desenho pitoresco, amplas áreas verdes e alguma infra-estrutura, como se mostra o projeto do Setor Sul.

## O processo que gerou a descaracterização do projeto original

O projeto do Setor Sul foi aprovado em 1938. Inicialmente, o bairro foi determinado como Zona Fechada pelo Governo, o que significava que a ocupação era legalmente proibida. Essa medida se justificava pelo esforço do Estado em controlar o processo de urbanização de Goiânia e pela falta de recursos públicos para financiar a implantação total do projeto urbano. Por este motivo foi determinado que a execução das obras seria gradativa, tendo sido definidas como áreas prioritárias para a urbanização os setores Norte (que abrangia a zona residencial de média e baixa renda e a zona industrial) e Central (onde estava localizado o Centro Cívico, a zona comercial e a zona residencial de média e alta renda).

Nesse quadro a implantação do projeto do Setor Sul foi prevista para ocorrer a partir de 1962. Mas visando aumentar os recursos estatais, a venda dos lotes foi iniciada desde 1937, quando a área destinada ao futuro Setor Sul (porque não implantado até então) era um matagal. Até a década de 50 os lotes foram vendidos a baixo preço porque não tinham a menor infra-estrutura. Isso permitiu que pessoas de baixa renda adquirissem o seu próprio imóvel.

Os proprietários de lotes no bairro, motivados pela crise de moradia que vinha crescendo desde o início da construção de Goiânia, pressionavam o Governo para a liberação da ocupação dos mesmos, o que veio a ocorrer em 1950. Mas antes mesmo dessa autorização a área começou a ser ocupada pelos proprietários dos lotes e por alguns invasores que se concentravam na margem do Córrego Botafogo.

Dessa forma a ocupação do Setor Sul se iniciou através do descumprimento da lei que criava as Zonas Fechadas, de forma parcial e antes da sua urbanização. Isso gerava uma situação complicada, pois além de o projeto de Godoy não ser de conhecimento comum (poucos conheciam o “loteamento de tipo americano” , como chamavam), não havia para este uma legislação específica e adequada, que garantisse o seu padrão de ocupação dos lotes e das áreas livres, o que iniciou a sua descaracterização. A maioria dos proprietários determinou como fundo do lote a parte voltada à área livre e, como frente, aquela voltada à rua pois ignoravam o projeto original e tinham como modelo o lote urbano tradicional. Vale ressaltar que essa arbitrariedade e falta de noção das características previstas para a área surgiam principalmente pela não realização do projeto no momento adequado.

Em Goiânia, esse período (década de 40) foi marcado pelo crescimento desordenado, motivado pela explosão demográfica e pelo enfraquecimento do Estado no controle do processo de urbanização, realizado a partir de loteamentos privados que não preservavam as qualidades esboçadas nos planos iniciais (da década de 30) para a cidade.

Devido às pressões contínuas dos proprietários do Setor Sul e do rápido crescimento de Goiânia, a urbanização do bairro foi antecipada para a década de 50, mas em ritmo lento: até o início da década de 60 não havia infra-estrutura básica (pavimentação, redes de água, esgoto e energia) na sua maior parte.

A urbanização continuou na década de 60 e gerou grande crescimento da população do setor. Conseqüentemente houve neste período a valorização dos lotes e toda a população de baixa renda que habitava o bairro foi levada a deixá-lo vendendo seus imóveis por não poder pagar as tarifas urbanas. A partir de então a população do setor passou a ser predominantemente de média e alta renda.

Mesmo quando se implantou o projeto as áreas livres não receberam nenhum tratamento e, dessa forma, não se constituíram como áreas verdes de parque. Nessa época não havia mobilização do Estado, da Prefeitura ou dos proprietários para o tratamento dessas áreas. Apenas um ou outro morador plantava alguma árvore.

Assim o espaço público não foi construído e apropriado pelos moradores, continuou vago parecendo um grande lote baldio. Esse quadro foi agravado com o aumento da violência urbana pois as casas, inicialmente com cercas vivas, foram muradas, de modo que as áreas livres deixaram de ser espaços abertos, com relação com o espaço privado e se tornaram bolsões vazios cercados por altos muros.

No final da década de 60 foi elaborada a primeira reestruturação do Setor Sul, a partir do Plano Diretor de Goiânia, coordenado por Jorge Wilhelm. Essa reestruturação não alterou o desenho original e o modelo de ocupação vigente na área. Se destaca sobretudo pela tentativa de dar uso às áreas livres ociosas, que foram abertas à doação para instituições de ensino ou filantrópicas.

Outra medida importante tomada com relação às áreas livres data de 1967, quando o Governo autorizou a alienação de vias consideradas “inservíveis” (isto é: sem serventia) perante requerimento dos interessados (proprietários dos lotes limítrofes) e julgamento de uma comissão especializada. Era freqüente os proprietários requererem a compra de parcelas das áreas verdes, tentando colocá-las como vias, casos estes que não foram aprovados pela referida comissão. Entretanto, essa avaliação que permite a privatização dessas vias parece ignorar que eram elas o acesso do público às áreas internas, de modo que quando extintas ou bloqueadas dificultam ou impedem esse acesso, tornando o interior - as conhecidas “praças do Setor Sul” - de uso, quando não de posse, privado. A situação atual é de que cerca de 70% dessas vias de acesso foram privatizadas.

É constante a ameaça às áreas livres pela especulação imobiliária. Se inicialmente essas áreas foram abertas à ocupação de caráter social ou educativo (quando se construiu numa das áreas, por exemplo, uma escola e um centro espírita e, noutra, uma escola particular) posteriormente algumas foram inteiramente privatizadas e ocupadas por edifícios para uso coletivos (como exemplo há o de dois clubes privados), pela ampliação dos lotes circundantes (um caso) ou por edifícios de manutenção de órgão institucionais (três casos). Como resultado, das 28 áreas verdes internas 4 foram fechadas e das 24 restantes, 3 foram parcialmente ocupadas por instituições de ensino. Ou seja, desde o início os órgãos públicos responsáveis pela urbanização não só não contribuíram para a concretização do projeto original do Setor Sul como também ajudaram na sua deterioração.

A partir de 1973 iniciou-se na área em estudo o Projeto CURA, subordinado ao Programa de Complementação Urbana promovido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Carteira de Desenvolvimento Urbano - CDU. O objetivo deste programa era melhorar a habitabilidade de determinadas áreas por meio de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e aspirações da população alvo. Eram priorizadas áreas urbanas periféricas, com ocupação rarefeita e infra-estrutura subutilizada.

O objetivo geral para o Setor Sul era intervir no crescimento desordenado que vinha ocorrendo na região sudoeste de Goiânia desde 1970, através da criação de um polo de influência alternativo ao da área central. O bairro fora escolhido para a intervenção por fazer a ligação entre o núcleo central da cidade e todas as áreas de expansão ao sul, ser ocupado por população de média e alta renda, ter grande número de lotes não edificados e supervalorizados que, junto às áreas livres, constituíam grandes vazios na região central de Goiânia. Na época a população do setor era de 14.100 habitantes, distribuídos em 2750 residências.

Na época do projeto os moradores, consultados, apontaram como necessidades ao bairro as seguintes: urbanização das áreas livres para solucionar problemas de segurança e sanitários; criação de atividades esportivas, culturais e sociais com ênfase naquelas realizadas ao ar livre; complementação dos serviços de infra-estrutura básica; instalação de linhas de ônibus, de comércio e de serviços.

O CURA encontrou as áreas livres abandonadas, tomadas por lixo (porque o serviço de limpeza urbana limitava-se às áreas pavimentadas), muitas com acessos estrangulados que chegavam a 3 m de largura, o que dificultava a implantação de equipamentos públicos. Outro problema encontrado estava relacionado à implantação errada da maioria das casas, que tinham localizado as entradas de veículo voltadas para as áreas verdes, de modo que foi necessário abrir pequenas ruas que dessem acesso às garagens.

A partir da análise das demandas do bairro, este foi subdividido em unidades de vizinhança para as quais foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- urbanização das áreas livres transformando-as em áreas verdes com equipamentos de lazer;
- complementação das redes de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e de galerias de águas pluviais;
- incentivo ao aumento do índice de construção gerando, a médio prazo, total ocupação dos lotes;

Deste programa foi suspensa a complementação da rede de esgoto devido ao seu alto custo. Para as áreas livres foram propostos os seguintes equipamentos: play-ground, quadras poliesportivas, bancos, bebedouros, vegetação, pavimentação e iluminação.

Esse projeto, no final, visava melhorar as condições de habitabilidade do Setor Sul intervindo nos seus espaços públicos e conciliando as necessidades da comunidade e do poder público, de implantação e manutenção do loteamento. Para se ter uma idéia da situação destes espaços, antes da realização do projeto nem mesmo a principal praça do setor havia sido urbanizada.

Além das obras de infra-estrutura o CURA previu que fosse realizada parceria com empreendedores privados, a partir de financiamento do BNH, que criariam um polo de atividades comerciais e culturais que atendesse a toda a cidade. Foi também sugerida a realização de parceria com o capital privado para a urbanização e manutenção das áreas verdes - a Prefeitura

entraria com o projeto e as empresas privadas com a execução e manutenção destes por um período mínimo de 23 anos.

Entretanto, foi estabelecido pelo BNH que esses investimentos privados não poderiam ser enquadrados no projeto inicial de Complementação Urbana. Nesse momento fixou-se que o CURA deteria-se exclusivamente na urbanização das áreas verdes de lazer. E, diante a carência de áreas públicas de lazer em Goiânia nessa época, a concretização do Projeto teria grande importância para toda a cidade. Nesse momento determinou-se que a manutenção dessas áreas seria feita pelas “Associações de Quadra”.

A equipe responsável pelo projeto avaliou como positivo ao seu desenvolvimento o nível econômico da população do Setor Sul, que faria possível aumentar a tributação como forma de reverter os investimentos. Foi assumido que a população sofreria sobrecarga tributária, que seria recompensada pelos serviços de infra e super estrutura a partir de então implantados. Mas foi levantada a questão: até que ponto os equipamentos comunitários, com característica de área de lazer, classificados como super-estrutura, atenderiam apenas aos moradores locais, justificando que apenas estes arcassem com as despesas?

A realização do CURA foi lenta, pois faltava motivação e engajamento da população e verba da Prefeitura. Previsto para ser iniciado em 74 e concluído em 75, foi iniciado em 77 e concluído em 80. Mas mesmo após a sua conclusão as áreas livres continuaram ociosas. A população do próprio bairro ou de áreas vizinhas não utilizava adequadamente os equipamentos e nem se preocupava com a sua conservação e manutenção, o que gerou a degradação física e social dessas áreas num curto prazo. Além disso, a ausência de fiscalização sobre o derrame de lixo na área, a larga quantidade de lotes baldios e a falta de policiamento desestimulava ainda mais a participação da comunidade.

Após ter sido concluído o CURA foi muito criticado pois, apesar do alto investimento realizado, não cumpriu os principais objetivos planejados, isto é, não mudou as relações entre os moradores e os espaços públicos. Mas essas críticas pareciam ignorar o fato de que o projeto foi desenvolvido a partir da demanda colocada pelos próprios moradores. Acredito que o problema tenha sido a continuidade da falta de educação para o novo modo de habitar da população, pois esta não participou nem da implantação e nem da manutenção dos projetos de recuperação das áreas livres. Ou seja, as transformações imediatas obtidas com o CURA não mudaram a atitude da população.

Parte desse problema se justifica por essa população, na maioria abastada, ter como conceito de espaço de lazer clubes ou outras propriedades privadas, de modo que o espaço público nunca fora visto como próprio de seu usufruto e de suas reivindicações. Estas só começaram a surgir devido à ameaça que as áreas abandonadas geravam aos moradores e à desvalorização que gerava aos seus imóveis. Inicialmente estes não tinham interesse na urbanização e valorização das áreas como espaços públicos, ao contrário, desejavam a privatização dessas áreas.

Desde a finalização do CURA novos projetos foram lançados visando solucionar os mesmos problemas mas nenhum surtiu efeito. Surgiram: projeto de tombamento, de parceria entre a prefeitura e os moradores para a recuperação e manutenção das áreas livres, de reestruturação viária localizada através da abertura de uma nova rua (projeto este concretizado neste ano de 1999), etc.

Atualmente há duas tendências para a questão: a consolidação ou a privatização dos espaços públicos. Esta última apresenta duas variações: uma seria a criação de condomínios, em que os moradores assumiriam os gastos de recuperação e manutenção das áreas livres e teriam o domínio do uso das mesmas; a outra propõe o loteamento e a venda das áreas livres.

Em 1987 foi criada a Associação dos Moradores do Setor Sul, que pedia pela construção de postos policiais, recuperação das áreas verdes, regularização das invasões milionárias da Rua 115 e recuperação do Projeto CURA.

## Diretrizes para intervenção na área

Pensar o Setor Sul segundo uma perspectiva de preservação não significa resgatar o projeto original de Godoy, mas sim os seus princípios válidos e compatíveis ao contexto atual. Visamos o desenvolvimento de propostas de intervenção que sejam harmônicas com a concepção original. Não pretendemos destruir os princípios originais de Godoy e nem a viabilidade do bairro.

Analisando o Setor Sul através do seu processo de concepção e concretização percebemos que há uma fissura entre esses dois momentos. Se no primeiro, Godoy criava o bairro residencial segundo o modelo dos bairros jardins, no segundo há uma sucessão de descaracterizações da proposta original que culmina na criação de um espaço onde o que seria motivo de qualidade diferencial - as áreas verdes públicas - gera, ao contrário, degradação espacial e social.

Concebido como lugar de alta qualidade de vida segundo os padrões modernos, guiado pelos princípios de monofuncionalidade e de priorização e valorização dos espaços públicos, o processo de desenvolvimento do Setor Sul não correspondeu às expectativas do seu criador quanto à ocupação, à relação entre área pública e privada e ao sentido de comunidade. Inicialmente o Setor Sul era um projeto que criava uma zona privilegiada, afastada do agito do centro ocupado pelo comércio e pela administração política, assim como da zona industrial, situada ao Norte. Este projeto foi destruído pela construção indevida das casas, pelo abandono das áreas verdes que tiveram seus equipamentos inutilizados e seus acessos interrompidos e, fundamentalmente, pelo modo de enfrentamento do espaço urbano por parte dos moradores, que optaram por se confinar nos espaços privados cercados por muros. A situação atual do bairro demonstra a incapacidade da população de usufruir coletivamente dos espaços públicos.

Em meio a esse quadro crítico faz-se imprescindível a colocação de perspectivas viáveis à área em questão. Avalio que houve uma distância nunca rompida entre o ideal urbano de Godoy e

a perspectiva urbana determinada para Goiânia, tanto por questões culturais quanto econômicas. Dessa forma, a proposta original do Urbanista criou uma situação de incoerência entre as possibilidades do projeto e a vontade de concretizá-las: havia espaço físico para efetivação dessas possibilidades, que se tornou vazio e ocioso pela falta de uma postura adequada dos administradores e moradores. Nesse quadro, tanto a noção de utopia como a de factibilidade perdem o sentido e resta como realidade uma condição vaga onde espaços consolidados são ao mesmo tempo expectantes.

A partir dessa constatação acredito que a recuperação do Setor Sul deva partir do resgate dos princípios que davam qualidade ao projeto de Godoy, segundo novas formas que gerem o uso dos espaços ociosos. Considero que esses princípios consistem fundamentalmente na valorização dos espaços públicos e da relação com a natureza.

Nesse sentido, uma perspectiva seria manter os miolos da quadra como área pública mas com usos definidos, destinados a suprir demandas atuais do bairro mas também da cidade. Estes usos não seriam restritos ao lazer, até mesmo porque a quantidade de áreas verdes deixadas a esse fim tornou-se excedente. Digo “deixadas” porque na concepção de Godoy essas áreas seriam de lazer sim, mas equipadas com serviços para a comunidade, o que ocorreu.

Penso na criação de uma rede de serviços públicos (creche, escola, hospital, biblioteca, etc.) que tire partido da condição de interioridade dessas áreas verdes e as construa como espaço tanto dos moradores do bairro como dos de outras áreas, aqueles hoje estigmatizados e responsabilizados pela crescente violência enfrentada no local. Seria um meio de amenizar estes conflitos sociais hoje vivenciados.

Outra possibilidade seria o redesenho dessas áreas livres nos miolos das quadras, parcelando-as em lotes residenciais e criando uma relação positiva entre o espaço privado (a casa) e o público (a rua). Para isso imagino uma releitura da *cul-de-sac*, o desenho que permita a essa via ser espaço de lazer e convívio dos moradores e não só uma rua de serviços. A partir desse modelo de intervenção o bairro se manteria com predominância de habitações horizontais, como um lugar mais reservado e com qualidade ecológica garantida pelo tratamento das ruas e pela taxa de ocupação dos lotes.

Finalmente há a possibilidade de se integrar as duas idéias anteriores, isto é: lotear algumas áreas e preservar outras com usos definidos, desde que seja feito entre estas um balanço coerente com as demandas reais.

Entretanto, fundamental em qualquer intervenção para a recuperação dessas áreas é a integração dos moradores no processo, pois só isso garante a sustentabilidade às mesmas. Esse seria um meio também de se estender os vínculos dos moradores entre si e com o lugar, o que é desejável.

## Bibliografia

- ACKEL, L.G.M. (1996) *Atílio Corrêa Lima: Um urbanista brasileiro (1930-1943)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Mackenzie.
- ÁLVARES, G.T.(1942) *A luta na epopéia de Goiânia - Uma obra de engenharia nacional*. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil.
- BONDUKI, N.G. (1998). *Origens da habitação social no Brasil - Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Liberdade.
- BUENO, A.C. (1938). O plano e as obras de Goiânia. *Revista Municipal de Engenharia*, vol. V, n. 4, p. 460-66, jul./38.
- CHAUL, N.F. (1984). *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*.
- GRAEFF, E. A.(1985). *1983 - Goiânia: 50 anos*. Brasília, MEC - SESU. Goiânia, CEGRAF.
- GODOY, A. A. de. (1943). *A Urbs e seus problemas*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio.
- HOWARD, E. (1996). *Cidades-Jardins do Amanhã*. São Paulo, Hucitec-EDUSP.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1942). *Goiânia*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE.
- IPLAN - GOIÂNIA. (1991). *Plano de desenvolvimento Integrado de Goiânia*. Vol. I e II.
- IPLAN. (1974). Estudo de Viabilidade Econômico - Financeira - área piloto Setor Sul. Goiânia.
- IPLAN. (1977). Anexo. Projeto Cura. Setor Sul - Goiânia. Prefeito de Goiânia.
- LE CORBUSIER. (s/d). *A Carta de Atenas*. São Paulo, HICITEC-EDUSP.
- LIMA, A. C. (1937). Goiânia: a nova capital de Goiás. *Arquitetura e Urbanismo*, mar/abr.
- LIMA, A.C. (1937). Goiânia: a nova capital de Goiás. *Arquitetura e Urbanismo*, maio/jun.
- MACIEL, D.P. (1996). *Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na Produção da Cidade*. Tese de Doutorado apresentada à UFF.
- MANSO, C.F.A. (1999). *Goiânia: Tradições Urbanas e Arquitetônicas*. Relatório de qualificação apresentado à PUCAMP.
- MONTEIRO, O. S. do N.(1938). *Como nasceu Goiânia*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
- OTTONI, D.A.B.; SZMRECSÁNYI, M.I. (1997) *Cidades Jardins - a busca do equilíbrio social e ambiental 1898-1998*. São Paulo, FAUUSP.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, (1945). *Armando Augusto de Godoy*. P. 4-5, Jan./45.
- WILHEIM, J. (1969). *Urbanismo no Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga.

## Endereço

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP. Av. Dr. Carlos Botelho, n. 1465, Vila Pureza, São Carlos - SP. CEP: 13560-250.

Telefone: (16) 273-93-00 / Fax: (16) 273-93-10; E-mail: jumota@hotmail.com

## Currículo

Juliana Costa Mota: aluna do 4º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo; integrante do grupo de pesquisa “Habitação Econômica e Arquitetura Moderna no Brasil (1930-1964)”; bolsista FAPESP desde agosto de 1998, sob a orientação de Nabil Georges Bonduki